

# CONTEMPORANEIDADE E CAMPO PSICANALÍTICO: ARTICULAÇÕES COM O FAZER POLÍTICO

Maria Regina Maciel  
Membro Efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro  
e Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Para citar este artículo / Para citar este artigo / To reference this article**

Maciel M.R. (2020) CONTEMPORANEIDADE E CAMPO PSICANALÍTICO:  
ARTICULAÇÕES COM O FAZER POLÍTICO

Intercambio Psicoanalítico 11 (2), DOI: doi.org/10.60139/InterPsic/14.2.1/

Creative Commons Reconocimiento 4.0 Internacional (CC By 4.0)

# CONTEMPORANEIDADE E CAMPO PSICANALÍTICO: **ARTICULAÇÕES COM O FAZER POLÍTICO<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Artigo publicado pela Revista Trieb, SBPRJ, vol. 18, 2019

Maria Regina Maciel<sup>2</sup>

2 Membro Efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro e Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**RESUMO** O artigo constata mudanças nos processos subjetivos e na experiência coletiva das pessoas que apontam tanto para sofrimentos de fundo depressivo quanto para novas formas mais horizontalizadas de fazer política. Seu propósito é contribuir para a articulação do campo analítico com o fazer político atual. Para tal, privilegia o pensamento de Winnicott, mais particularmente suas noções de self e espaço potencial. Conclui que a psicanálise e o campo político podem se encontrar quando possibilitam viver experiências nas quais exista ação humana que nos encaixa socialmente e produz cultura.

**PALAVRAS-CHAVE** depressão; política; self; espaço potencial

## Introdução

Na virada do século XX para o XXI, pudemos observar mutações na individualidade. Tomemos o que nos disse, nos anos 90, o sociólogo francês Ehrenberg (1998) a este respeito. O autor referia-se a uma mudança na experiência coletiva das pessoas que, primeiramente, se exprimiam tanto pelo assujeitamento disciplinar quanto pelo conflito, e agora se veem às voltas com a questão da responsabilidade e da ação. Devido a este fato, ele levantava a hipótese de que, desde os anos 1970, a depressão tenha se tornado o problema mental mais disseminado no mundo.

Ehrenberg (1998) se propôs, então, a combinar uma história cultural e uma histórica técnica da psiquiatria. Neste caso, estaríamos às voltas com a falta de forças internas para responder às diversas demandas com que nos vemos confrontados. A depressão – que ele chamava de “patologia da liberdade” – serviria, portanto, de modelo para nos instruir sobre nossa experiência atual, porque é a patologia de uma sociedade na qual a norma não é mais fundada sobre a culpabilidade e a disciplina, mas sobre a responsabilidade e a iniciativa. Ele nos assinalava, inclusive, que a psiquiatria tinha alterado seu entendimento sobre as depressões, trocando o modelo da melancolia pelo modelo da depressão distímica. Isto vindo junto com a atual dificuldade clínica de se trabalhar com a noção de sujeito do conflito, próprio da neurose. O que nos restaria, segundo ele, seria uma dificuldade de falar de um sujeito. No máximo, teríamos o sujeito insuficiente da depressão.

Mais do que conflito, estes sujeitos nos trazem sobretudo questões ligadas à consistência do eu. Da mesma forma, ao contrário do recalque da sexualidade dos sintomas histéricos, neste modelo de depressão contemporânea, o recalque não se mostra um operador muito frutífero a ser trabalhado. Trata-se, predominantemente, de problemáticas narcísicas.

Variados psicanalistas têm tomado esta direção. Figueiredo (2018), por exemplo, refere-se aos sofrimentos contemporâneos de fundo depressivo como os daqueles sujeitos que se esgotam na perseguição do “Eu Ideal”. Chamando-os de “sofrimento da passivação”, ele acrescenta que hoje em dia as depressões se mostram mais importantes que as “melancolias e seus lutos encruados”. A partir do nosso contexto, se tomarmos o que nos dizem sociólogos como Bauman (1999), o autor afirma que “as agonias se tornam mais incidentes que as angústias”. Da mesma maneira, “os vazios emocionais (apatias) se tornam mais importantes que as turbulências (ainda que muitas vezes mascaradas por elas)”. Dentre outras características, nesses sujeitos há uma aguda “falta de tempo para fazer contato consigo mesmo e com os outros” (Figueiredo, 2018, p. 92, 94, 96).

Vejamos, agora, o que podemos observar no âmbito político. Neste também é possível referir-se a transformações que, por sua vez, demonstram um modo de relação com o mundo marcado mais por um “sou-com” do que com um “sou-diferente-de”. Digo isto pensando nas novas formas mais horizontalizadas de fazer política que, desta forma, parecem buscar o espaço do “comum”. Com esta perspectiva, me pergunto se estas mudanças no campo político podem expressar tentativas de se contraporem ao tipo ideal contemporâneo que é, seguindo as indicações de Ehremberg (1998), o depressivo.

Sobre o espaço do “comum”, tomemos o que em 2014 nos disseram Dardot e Laval (2017) a respeito de movimentos e correntes de pensamento trazidos à luz nas últimas décadas pelas lutas sociais e culturais contra a ordem capitalista e o Estado empresarial. Visando contestar a apropriação por parte das oligarquias de recursos naturais, conhecimentos, serviços públicos etc., esses movimentos podem ser agregados num mesmo princípio: o comum. Com base neste princípio, é possível dizer que só a prática pode decidir o que é comum, além de só ela ser capaz de produzir regras de responsabilização a seu respeito.

A partir do tema do comum e das novas formas de fazer política, os autores (filósofo e sociólogo, respectivamente) postulam que assistimos a uma “práxis instituinte” que não é nem o reconhecimento retroativo do que já existe, nem uma “criação a partir do nada” (Dardot; Laval, 2017, p. 244). Trata-se de dar ênfase ao estabelecimento coletivo de regras de ação prática que podem introduzir sistemas institucionais que incitam à cooperação. Acreditam que, por essa práxis, “a imaginação dos indivíduos pode agir sobre as significações instituídas” (Dardot; Laval, 2017, p. 453) e, quem sabe assim, novas formas democráticas advenham.

O dito acima me remeteu ao que assisti nas ocupações das escolas públicas por parte dos secundaristas, em anos recentes, no Brasil. Naquela ocasião, tive a oportunidade de observar tentativas de organização política e de sociabilidade mais horizontalizadas e coletivamente postas. Refiro-me, mais precisamente, a março de 2016, no Rio de Janeiro,

quando secundaristas de mais de 70 escolas públicas estaduais ocuparam esses estabelecimentos em solidariedade à greve dos professores. Conheci duas dessas escolas ocupadas, nas quais pude observar uma aguda crítica às maneiras de representação política. A proposta era tomar decisões em grupos. As palavras de ordem eram dadas em forma de jogral que ecoavam pelos cantos da escola.

Uma de minhas lembranças daquelas idas a essas instituições refere-se a um momento em que os alunos receberam a visita de um professor de matemática de uma Universidade próxima que tinha ido conhecê-los e que ofereceu dar uma aula. Os jovens estavam felizes por participar deste evento. Isto me chamou a atenção, já que, usualmente, sabemos que esta matéria gera aversão na maioria deles. Ao observar a cena, fiquei pensando o quanto ocupar espaços, de forma lúdica, coletiva e criativa pode modificar tendências e, diversamente, proporcionar momentos de alegria.

Penso também no recente movimento dos “coletes amarelos” que se iniciou na França em novembro de 2018 e continua acontecendo, ao menos até fevereiro de 2019. Esse movimento começou reivindicando a revogação de uma taxa sobre os combustíveis. Nas manifestações, contudo, outras reivindicações foram se agregando, como o imposto sobre as grandes fortunas (abolido pelo atual governo francês). Diante da pressão, o governo adiou a cobrança do imposto sobre combustíveis. Disputado por diversas correntes políticas, a população presente às manifestações parecia sobretudo denunciar as crescentes desigualdades sociais e a exclusão política. Os “coletes amarelos” buscaram evidenciar tanto uma crise na sociedade quanto uma tentativa de maior participação ativa de uma população que está cansada de apenas sobreviver. A partir da observação dessas mudanças no contexto contemporâneo, meu objetivo neste artigo é articulá-las com o campo psicanalítico, mais particularmente, com as noções de self e de espaço potencial de Winnicott. Postulo que essa noção psicanalítica pode ampliar nossa reflexão sobre as mutações (nos níveis subjetivos e políticos) recém-assinaladas. Trata-se de níveis empíricos e teóricos diferentes. Porém, acredito que nos cabe começar a indagar sobre até que ponto essas noções que nos direcionam para a questão de uma vida criativa e não depressiva são frutíferas para um maior entendimento a respeito dos processos de subjetivação contemporâneos e das novas formas mais horizontalizadas de fazer política. Quanto a esta última, advogam-se certa reciprocidade, gestão democrática e participação ativa, na qual somos coprodutores no estabelecimento de regras.

A psicanálise de Winnicott: aproximações com o pensamento de H. Bergson

O campo psicanalítico não é homogêneo. Nele convivem discursos diversos. Alguns psicanalistas positivam a noção de modos de subjetivação sem o suporte do recalque e da interdição na construção do psiquismo e dos laços sociais. Outros dificultam essa possibilidade de apreensão sem esse suporte. Da mesma maneira, para uns, eu e outro não são colocados necessariamente em oposição. Para outros, isto não é possível. Entendo que o leque de possibilidades com que pensamos, entre outras questões, o recalque ou a relação eu/outro, conforme apontei no parágrafo anterior, se deve à escolha do psicanalista clássico em quem nos apoiamos. Este, por seu turno, sustenta-se em bases filosóficas específicas. Para este artigo, vou me ater ao pensamento de Winnicott. Como nos esclarece Philips (2006), o psicanalista inglês foi influenciado pelo Existencialismo e tendeu a desenhar suas redefinições de Freud da biologia darwinista, da etologia e da literatura. Sabemos também que seu pensamento pode ser aproximado, em certa medida, ao de filósofos como Henri Bergson.

Para Bergson (2010, p. 34), “os seres vivos constituem no universo ‘centros de indeterminação’”. Esses centros dependem de atividades motoras das quais se derivam as percepções. Estas, por sua vez, têm um caráter subjetivo devido à memória (considerada por ele como ponto de interseção entre espírito e corpo, mas diante da qual podemos pensá-la também como atividade criadora). O filósofo afirma em seu livro denominado *Matéria e Memória* (Bergson, 2010) que ação é a “faculdade que temos de operar mudanças nas coisas” (p. 66) e que “o pensamento é um movimento” (p. 145). Assim, “o espírito retira da matéria as percepções que serão seu alimento, e as devolve a ela na forma de movimento, em que imprime sua liberdade” (p. 291).

Costa (2004) relaciona os pensamentos de Henri Bergson e de Donald Winnicott. Mais precisamente, refere-se à ideia de temporalidade implícita à noção de “espaço potencial”. Nesta perspectiva, ele examina os chamados paradoxos winnicotianos à luz das teorias de espaço e de tempo do filósofo francês. Isto o leva a afirmar que a noção de espaço winnicotiano tem uma significação bergsoniana.

O autor nos esclarece que, para Bergson, espaço é um esquema de nossa ação possível sobre as coisas (Costa, 2004). Desta forma, “espaço é o tempo contraído ou dilatado em função dos interesses e das possibilidades da ação do corpo sobre os objetos”. Ao que acrescenta: “próximo é o que pode ser mais facilmente alterado pela ação corporal e longínquo é o que dificilmente se deixa transformar pelos meios disponíveis à ação”. Entende que para o filósofo não há “vazio” entre os objetos. Segundo as palavras de Costa (2004), “o chamado ‘vazio’ entre objetos é, de fato, pleno de matéria que pode ser observada e, na maioria das vezes, qualificada. O fato de nem sempre podermos percebê-la a olho nu não impede que ela exista” (p. 99).

Ele segue afirmando que, de maneira semelhante, em Winnicott, no espaço potencial, o “tempo de separação” que experimenta o bebê diante dos inícios de “afastamento psíquico” da mãe para com ele não é um fosso de “vazios” e “nadas”. As experiências que o bebê experimenta são “estados heterogêneos de uma mesma escala temporal, e não qualidades posicionais incompatíveis de coisas e eventos” (Costa, 2004, p. 101). Em consonância com uma abordagem psicanalítica mais desenvolvimentista que pode ser apreendida de Winnicott, o referido autor explica que no espaço potencial há certa “disposição mental”, ou processos psíquicos, que podem viver experiências nas quais há o “sentimento de continuidade da existência”, que pode desaguar numa ação criativa. Se isto se dá, o eu se expande, “tecendo o fio da continuidade da existência” (Costa, 2004, p. 102).

Seguindo esta perspectiva e pensando o desenvolvimento do bebê à luz de Winnicott, podemos dizer que, inicialmente, a criança tenta conciliar a realidade interior do self e a realidade exterior nas alucinações onipotentes. Num segundo momento de constituição (do espaço potencial), o bebê não conseguirá essa conciliação, posto que o objeto transicional oferece certa resistência à alucinação, o que permite um vislumbre de alteridade. Se tudo vai bem, uma qualidade diferente de self pode aparecer, ou seja, há um sentimento de existência que permanece para além das mudanças na qualidade do self. Por fim, o bebê vai se encaminhando para o mundo das relações compartilhadas. Como resultado, estará apto a novas e amplas experiências criativas, já que, em sua perspectiva, o mundo vai se apresentando no brincar e a criança pode trazer algo de seu self para a cultura, fazendo, portanto, uso dela.

Desta maneira, podemos dizer que o eu pode ser concebido como uma espécie de *elã vital* (expressão de origem francesa que foi utilizada por Bergson) que se expande e cria. Esta ideia me parece, em certa medida, estar também presente na maneira como Winnicott descreve a expansão do self e os processos criativos.

Winnicott: self e espaço potencial

Como nos esclarece Abram (2000), nos textos de Winnicott, com muita frequência, os termos self e ego são empregados alternadamente. Em algumas passagens de sua obra, contudo, podemos verificar tentativas de estabelecer diferenças entre estes termos. Para maiores esclarecimentos, vejamos o que aponta Pontalis (2005) sobre o termo que aqui nos interessa: self.

Pontalis (2005) começa por nos dizer que a psicanálise francesa deixou de lado a ideia de self, posto que o sujeito é dividido e sobredeterminado. No entanto, a clínica, principalmente com os pacientes “como se” (que se sentem vazios e submetidos), fez alguns psicanalistas retomarem a noção de self. O autor, então, faz uma revisão do tema e afirma que, para ele, o self é um “fenômeno subjetivo” e não “pessoa total”.

Isto o faz divergir de uma “ideologia personalista, bergsoniana até”, que entende o self como “eu profundo”. Diferentemente, portanto, dos que aproximam Winnicott de Bergson (particularmente Pontalis diverge, como já dito, das aproximações derivadas de noções do filósofo francês como “pessoa total” e “eu profundo”), o autor fará seu próprio percurso a partir do que entende por self em Winnicott (Pontalis, 2005, p. 179, 198).

Pontalis (2005, p. 191, 196, 178, 187), com base em Winnicott, afirma que há um núcleo de funcionamento em qualquer indivíduo “que não se comunica com o mundo dos objetos percebidos”. Este é o self, que é aquele que concerne “à vida, ao fato de viver”. O self visa à “realidade psíquica” que faz funcionar o aparelho psíquico. Essa realidade psíquica, por sua vez, é aproximada da “área intermediária” (posto que situada entre realidade psíquica interna e realidade externa), dos fenômenos transicionais. Esses fenômenos têm como “protótipo infantil” o balbúcio do bebê e podem ser encontrados também na arte. Neste tipo de encaminhamento, “o self não é ele vital, mas, no espaço psíquico, o representante do vivo: espaço aberto para o ambiente que primeiro o nutre e que ele, em troca, cria”. Esta compreensão do self nos leva a conceber o espaço potencial como uma “zona do informe”, “espaço de jogo, de fronteiras móveis, que faz nossa realidade” (Pontalis, 2005, p. 197, 209). Nesta mesma perspectiva em que se aproxima o pensamento de Winnicott da arte e da poesia (mais do que de uma teoria do desenvolvimento, por exemplo), Luz (1989) dirá que Winnicott fundamenta a cultura no jogo. Isto é diferente de fundá-la na culpabilidade que se segue à frustração ou na linguagem que se estrutura em torno da negatividade da falta. Dirá, então e em conformidade com o que vemos em Freud de “Escritores Criativos e Devaneios” (1908/1976), que a cultura não é devaneio, nem algo que nos sobredetermina. Ela tem sua origem no jogo, posto que a ilusão criadora que experimenta a criança será a cultura do mundo adulto.

Nesta parte do artigo estamos privilegiando a contribuição de Winnicott a respeito, sobretudo, do self e do espaço potencial para tecer aproximações com a subjetividade contemporânea e com as novas formas mais horizontalizadas de fazer política. O psicanalista inglês afirma ser o espaço potencial o lugar de cooperação entre mãe/bebê, no qual devemos manter uma posição de “concordância” de nunca perguntar se o objeto foi criado ou se estava ali para ser criado (Winnicott, 1953/1975, p. 28). Deste dito de Winnicott, podemos entender que o bebê cria o objeto transicional desde que este esteja efetivamente lá, ou seja, o objeto precisa estar presente, antes de faltar ou ser alucinado.

Quanto a esta maneira de se referir ao espaço potencial, ela me parece ser uma das mais propícias para o estabelecimento de ligações com as questões da política, conforme nos referimos no início deste artigo.

Winnicott (1953/1975) menciona o termo “concordância”. Se assim acontece, a criança brinca e cria ao invés de se submeter a nós. Cabe aqui, então, uma pergunta: em termos políticos, essa “concordância” (paradoxal) na qual entramos num tipo de acordo poderia ser aproximada de um posicionamento político mais democrático e menos totalitário?

Sabemos que essa área intermediária, além de poder existir na clínica psicanalítica, pode ser expandida, com certos limites, para outras áreas da vida. Particularmente, o próprio Winnicott (1953/1975) entende que ela pode se expandir para a arte e a religião. Segundo ele,

Estou, portanto, estudando a substância da ilusão, aquilo que é permitido ao bebê e que, na vida adulta, é inerente à arte e à religião, mas que se torna marca distinta de loucura quando um adulto exige a credulidade dos outros, forçando-os a compartilhar de uma ilusão que não é própria deles. Podemos compartilhar o respeito pela experiência ilusória e, se quisermos, reunir e formar um grupo com base na similaridade de nossas experiências ilusórias. Essa é uma raiz natural do agrupamento entre os seres humanos (Winnicott, 1953/1975, p. 15).

Questiono-me, então: por que não expandir a “área intermediária” para a política?

Ao entrelaçar os campos psicanalítico e político, estamos tratando de níveis empíricos e teóricos diferentes. No entanto, estes dois campos distintos se articulam, neste artigo, em prol de favorecer leituras necessárias à complexidade do tempo contemporâneo. Neste sentido, creio que cabe nos indagar: até que ponto norma de reciprocidade, gestão democrática e participação ativa em que somos coprodutores no estabelecimento de regras (características a que se propõem muitos movimentos coletivos hoje) podem ser aproximadas do que indicava Winnicott sobre o que ele esperava acontecer no espaço potencial? Ou seja, um espaço lúdico, no qual nunca devemos perguntar se o objeto foi criado ou se o objeto já estava lá para ser criado, não poderia ser mais facilmente experimentado em movimentos sociais coletivos (que buscam estabelecer suas normas de baixo para cima) do que em ações políticas que pretendem nos submeter a um poder que venha de cima para baixo?

Para concluir

Neste texto me propus a estabelecer relações entre o campo psicanalítico e as novas formas mais horizontalizadas de fazer política. Ambos podem ser pensados como um agir no mundo que aponta para a importância do conviver num espaço criativo. Nesta perspectiva, procuramos positivar outros modos de subjetivação e de ações políticas que não os tradicionais. Por conta disto, buscamos nos direcionar tanto para uma análise crítica a respeito do modelo do recalque, típico da neurose, quanto para um modelo de representatividade política.

Após remeter-me às influências filosóficas de Winnicott, privilegiei as noções de self e espaço potencial. Neste sentido, o campo psicanalítico e o campo político podem se encontrar quando possibilitam viver experiências nas quais exista ação humana que, por seu turno, nos encaixa e produz cultura.

Claro que estou alerta para, diante dos novos cenários (com seus coletivos flexíveis, diferentes das grandes estruturas associativas e sindicais do passado), não cair numa posição ingênua que abdique de qualquer racionalidade. Contudo, inclino-me a pensar em entrelaçamentos que se dão sobretudo por afetos e no espaço do comum. Da mesma maneira, inclino-me a positivar modos de subjetivação que parecem se dar sem o suporte do recalque na constituição do psiquismo e dos laços sociais. Ações orquestradas por alguns jovens, especialmente das periferias, nos permitem pensar em subjetividades que tendem a ser menos depressivas e mais criativas. Da mesma forma, no nível mais social, a procura pelo comum e pelo cotidiano parece querer radicalizar a democracia. Nesse diapasão, muitas manifestações políticas contemporâneas buscam estabelecer um autogoverno das pessoas que se libertam tanto do domínio do Estado quanto do domínio abstrato do sistema econômico vigente.

Cabe, então, deixar em aberto se está em jogo uma “nova democracia”. Essas ações políticas recentes parecem buscar um modelo de poder imanente popular no qual, diante de experiências de indeterminação (semelhantes às experiências transicionais quando vivemos estados de indeterminação, não orientados para um objeto ou objetivo preestabelecido), tenta-se criar algo novo, ao invés de procurar ordem e representação. Até que ponto isto é viável, não sabemos. Resta-nos ir acompanhando atentamente.

Referências

- Abram, J. (2000) *A linguagem de Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Bauman, Z. (1999) *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor
- Bergson, H. (2010) *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Costa, J. F. (2004) *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Dardot, P.; Laval, C. (2017) *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- Ehrenberg, A. (1998) *La Fatigue d'être-soi: depression et société*. Paris: Odile Jacob.
- Figueiredo, L. C. (2018) "Trauma e dissociação na contemporaneidade. De volta ao assunto vinte anos depois". *Cadernos de Psicanálise (CPRJ)*, 40 (39), 91-109.
- Freud, S. (1976) "Escritores criativos e devaneios". In S. Freud, *Obras Completas*. Vol. IX (149-158). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1908).
- Luz, R. (1989) *O espaço potencial: Winnicott*. *Revista Percurso*, 3, 25-32, Ano II.
- Philips, A. (2006) *Winnicott*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Pontalis, J-B (2005) *Entre o sonho e a dor*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Winnicott, D. (1975) *Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais*. In D. Winnicott, *O brincar e a realidade* (p. 13-44). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1953).